

INSTITUTO
Documentação
D.O.U. nº 163 (seção)
data 25/8/99 p. 11-12
Class. COD 0000 4

DESPACHO Nº 46, DE 23 DE AGOSTO DE 1999

Assunto: Processo FUNAI/5ª SUER/0339/91. Referência: Terra Indígena ACAPURI DE CIMA. Interessado: Grupo Indígena Kokáma. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/5ª SUER/0339/91, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria dos antropólogos MARCOS ANTONIO BRAGA DE FREITAS e WALTER COUTINHO JR. que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena ACAPURI DE CIMA, de ocupação do respectivo grupo tribal Kokáma, com superfície e perímetro aprovados de 19.400 hectares e 57 km respectivamente, localizada no município de Fonte Boa, Estado do Amazonas.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

MARCIO LACERDA

RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA ACAPURI DE CIMA

Referência: Processo FUNAI/5ª SUER/0339/91. Terra Indígena: Acapuri de Cima. Localização: Município de Fonte Boa, Estado do Amazonas. Superfície: 19.400 ha. Perímetro: 57 km. Sociedade Indígena: Kokáma. População: 101 habitantes (1998). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pelas Portarias nº 1.280/PRES, de 03 de dezembro de 1997, e nº 227/PRES, 10 de março de 1998, coordenado pelo antropólogo Marcos Antonio Braga de Freitas.

I - DADOS GERAIS

A terra indígena Acapuri de Cima é ocupada por índios Kokáma há, pelo menos, noventa anos. A área está situada na margem esquerda do rio Solimões, praticamente defronte à foz do rio Jutai e à cidade homônima, disposta à direita da confluência entre os dois rios. Devido ao fato de estar localizada na margem setentrional do Solimões, porém, pertence ao Município de Fonte Boa, cuja sede está à jusante neste mesmo rio.

Os Kokáma constituem uma sociedade indígena pertencente à família linguística Tupi-Guarani (tronco Tupi); atualmente, entretanto, os que residem na TI Acapuri de Cima expressam-se somente em português, embora os mais velhos guardem ainda lembrança de palavras daquela língua. Historicamente, a região hoje ocupada por eles foi antes dominada pelos Kambéba (Omágua), cuja língua faz parte igualmente da família Tupi-Guarani. As primeiras referências aos Kokáma, fornecidas por exploradores e missionários nos séculos XVI e XVII, situam os seus principais assentamentos no médio e baixo rio Ucayali, afluente meridional do Amazonas peruano. No século seguinte, os Kokáma faziam parte da heterogênea população indígena que habitava a missão de San Joaquim de Omaguas, estabelecida no baixo Ucayali. Em 1854, eles voltam a ser citados na cidade de Nauta, também localizada no baixo curso deste rio. Neste mesmo ano, são localizados no alto rio Purus, penetrando nele possivelmente devido à proximidade de suas cabeceiras com o médio curso do Ucayali.

No princípio do século XX, a população Kokáma que habitava o Amazonas peruano, nas proximidades da cidade de Caballococha, começa um movimento continuado de migração rumo ao alto Solimões, no Brasil. A maior parte do grupo, certamente, permaneceu ainda no território de origem, sendo citados em 1936 aldeamentos do grupo localizados no Ucayali entre as cidades de Iquitos e Contamana, bem como no baixo curso do rio Tapiche. Segundo um artigo publicado em 1943, aqueles que haviam imigrado para o território brasileiro ao longo do Solimões fixavam-se, entre outros locais, nos paranás de Tauraré, das Panelas e da Floresta.

De acordo com a memória do grupo, os primeiros Kokáma que formaram a aldeia Acapuri de Cima migraram da região de Caballococha, estabelecendo-se no local por volta de 1915 e 1925. Outros vieram em 1930, fixando-se primeiramente na enseada da Síria, junto ao lago do Envira, mas devido ao desbarrancamento da margem do rio no local, mudaram-se posteriormente para a aldeia defronte à foz do Jutai. Tratavam-se das famílias Maricáua, Santiago, Curico e Januário, migrando uma pequena parte delas em 1934 para a ilha Marrecão, no baixo Solimões. O processo de ocupação da área foi sendo construído a partir das relações de parentesco que envolviam essas famílias, sendo constatado através de sua genealogia a existência de dois casamentos entre primos paralelos.

Em 1991, os Kokáma da aldeia Acapuri de Cima dirigem-se até a sede da Administração da FUNAI em Manaus para reivindicar a identificação e demarcação de suas terras, bem como a assistência do órgão indigenista. Em 1995, voltam a reivindicar na FUNAI de Manaus a regularização de sua área, encaminhando no ano seguinte, através da União das Nações Indígenas de Tefé, uma correspondência assinada pela maior parte da comunidade indígena pedindo providências para a demarcação de suas terras em razão das mesmas estarem sendo invadidas. Em consequência, foi constituído grupo técnico através da Portaria nº 1.280/PRES/97 para realizar a identificação e delimitação dessa terra indígena, sendo os trabalhos complementados em atendimento à Portaria nº 227/PRES/98, cujo relatório circunstanciado é aqui resumido.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE

A população Kokáma conhecida no Brasil é de aproximadamente mil pessoas, que se distribuem por comunidades localizadas no alto e médio rio Solimões, no Estado do Amazonas; no Peru, o montante deste grupo étnico é muito maior, somando cerca de 19.000 índios. Na região do rio Jutai, além da comunidade que habita a TI Acapuri de Cima, os Kokáma são encontrados também na terra indígena Espírito Santo, situada pouco acima e na margem oposta daquela, e no interior ou nas proximidades das terras indígenas Estrela da Paz e Macarrão, situadas no baixo curso do Jutai. Em conjunto, os Kokáma estabelecidos nas duas áreas do rio Jutai e nas duas áreas localizadas junto à sua foz somam pouco mais de 500 pessoas.

Na TI Acapuri de Cima habitam quinze famílias, totalizando 101 pessoas, sendo 52 do sexo masculino e 49 do sexo feminino. As dez casas construídas pela população da aldeia seguem um ordenamento linear ao longo da margem esquerda do rio Solimões, facilitando o acesso de cada unidade familiar à sua própria residência. As habitações Kokáma atuais são construídas com tronco de paxiúba e palha de caraná, encontrando-se também na aldeia Acapuri de Cima moradias ao estilo da população ribeirinha, feitas de madeira e cobertura de zinco. Devido ao seu assentamento na várzea alta, as casas são construídas como palafitas à base de estacas (barrôtes) fixas no chão à altura de 1,50 m, possibilitando a permanência no local durante o período de cheia das águas do rio Solimões. Considerando os vínculos de parentesco, às vezes há duas ou mais famílias dividindo o mesmo espaço físico residencial. Além das residências familiares, a aldeia conta ainda com a capela São Lázaro e a escola São Francisco.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS

Os Kokáma da TI Acapuri de Cima estão assentados numa área com predominância do ecossistema de várzea, que se desdobra por sua vez em várzea alta e várzea baixa. A primeira classe de várzea é inundada esporadicamente, isto é, quando ocorrem grandes enchentes. Nela, os índios plantam culturas perenes e semi-perenes como cacaueteiro, goiabeira, côqueiro, açazeiro, limoeiro, banana etc., cuja produção destina-se à subsistência das

famílias da aldeia. Ao passo que na área de várzea baixa, que é submersa periodicamente com a subida das águas do rio Solimões, os índios plantam culturas de ciclo curto como melancia, milho, feijão e abóbora, cuja produção é comumente destinada ao consumo interno e o excedente à comercialização no mercado regional. É importante enfatizar a importância das culturas tuberosas (macaxeira, mandioca, cará e batata doce), as quais são plantadas nos dois tipos de várzeas. Em média, os índios Kokáma utilizam menos de 1/2 ha para a abertura de novas roças. O sistema de trabalho atinente ao preparo do solo e plantio das culturas é dividido em duas etapas: na primeira, as famílias indígenas aglutinam-se de forma coletiva no "ajuri" (trabalho conjunto) para a limpeza do terreno; na etapa seguinte os trabalhos agrícolas são realizados pelos componentes de cada unidade familiar, procedendo-se então o plantio, tratamentos culturais, colheita e "beneficiamento" (produção de farinha).

A pesca é a atividade econômica fundamental para a obtenção de proteínas, fazendo parte indissociável dos hábitos alimentares Kokáma. É também uma relevante fonte de renda monetária através da venda do pescado no mercado regional. Os instrumentos utilizados para pescar são espinhel, caniço, arpão, zagaia, malhadeira, flecha e curico, sendo utilizado como timbó o leite de açacú. Essa atividade produtiva é exclusivamente masculina, porém as crianças participam quando convidadas pelos pais. A pesca é realizada na enseada da aldeia à margem do rio Solimões, bem como nos "canos" e lagos existentes na área. O acesso principal para os lagos ocorre pelo cano do Mutum ou Parapanatuba, mas eles também são alcançados através do varadouro que corta a área até o lago Comprido, seguindo-se de lá numa canoa a remo. As espécies mais apreciadas e consumidas são o pirarucu, o tambaqui, o curimatã, o pácu, o matrinxã, a pirapitinga, a sardinha, a piranha, o surubim, o carauau e o tucumaré.

A caça representa uma fonte suplementar de proteínas para os Kokáma, principalmente no período das enchentes no rio Solimões, quando o peixe se torna escasso. Caçam aves como o mutum, nambu, maguari e mergulhão, e animais como jacaré e os macacos preto, prego e de cheiro. Atualmente, a obtenção desses animais é realizada predominantemente com armas de fogo (espingardas). Têm caçado com mais frequência nas proximidades do lago do Buzina, considerando a região do lago Mata-matã como de reserva e procriação. Além disso, os Kokáma também desenvolvem a criação de animais domésticos como patos, galinhas e porcos para consumo, e de cachorros que auxiliam na busca da caça quando necessário.

A coleta é também uma atividade assiduamente praticada pelo grupo no seu território, principalmente nas proximidades da aldeia. Os recursos mais utilizados são frutas e raízes, além de madeiras, palhas, cipó-títica e imbé utilizados na construção das casas e outros artefatos. Os frutos silvestres que os Kokáma apreciam são açai, bacaba, bacuri, ingá, camucamu, urucum e buriti, entre outros. Foi registrada a existência de um seringal no lago do Chagas, com nove estradas.

Os Kokáma estão engajados na Associação dos Produtores e Sindicado Rural de Jutai, através dos quais inserem-se no processo sócio-econômico da sociedade envolvente. Vale ressaltar a iniciativa dos técnicos do IDAM, órgão sucedâneo da EMATER, que, em meados de 1991, montaram uma Unidade Demonstrativa à guisa de experiência na área de oleicultura, visando repassar novas técnicas agrícolas para aproveitamento do potencial de fertilidade dos solos de várzea.

IV - MEIO AMBIENTE

A terra indígena Acapuri de Cima é muito rica em recursos naturais e, por estar localizada na foz do rio Jutai, é alvo de constantes invasões de madeireiros e pescadores da região, que adentram a terra indígena em busca da variedade de espécies vegetais e animais nela existentes. A reivindicação dos Kokáma para a demarcação e regularização fundiária da TI Acapuri de Cima tem princípio exatamente na necessidade de proteção dos lagos que se espalham pelas terras de ocupação da aldeia, em especial do lago Grande. A história pela conservação da área em questão é uma constante na luta dos Kokáma para preservar sua autonomia social e econômica, garantindo a abundância de peixes nos lagos e canos existentes em seu território.

Esta área Kokáma está inserida no interior dos limites da reserva Mamirauá: criada inicialmente pelo Decreto Estadual nº 12.836/90 como Estação Ecológica Mamirauá, com superfície de 1.124.000 ha, foi transformada recentemente em Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, incidindo, além de Acapuri de Cima, nas terras indígenas Porto Praia, Jaquiri e Paraná do Paricá. Trata-se provavelmente da primeira unidade de conservação brasileira a tentar conciliar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável das populações humanas residentes. Tal objetivo é assumido como tal pelos Kokáma da aldeia Acapuri de Cima, que desde 1987 já haviam criado um "Comitê de Pesca" como uma tentativa para a conservação desse recurso primordial do *habitat* indígena. Já em 1993, o mesmo foi transformado em "Comitê de Preservação", cujos objetivos não se restringiram mais somente na proibição da pesca predatória, mas passaram a englobar também a proteção da flora e da fauna de uma maneira geral. Em 24.05.96, os habitantes da comunidade indígena comprometem-se conjuntamente a preservar uma área definida, proibindo a realização da pesca comercial e a queima de igapós e cacaiais no verão, bem como permitindo a pesca na estação seca apenas com tarrafã, arpão, zagaia e malhadeira (com 20 cm de malha), e estação da cheia com espinhel, flecha e arpão.

Os lagos existentes na terra indígena Acapuri de Cima, portanto, são imprescindíveis e fundamentais para sobrevivência dos índios Kokáma que vivem e moram na área, porque a base alimentar e econômica desse povo está voltada para a pesca. Contam-se cerca de quinze lagos nesta terra indígena, denominados Aladino, Amago Grande, Amagozinho, Buzina, Chaga, Ferruginho, Comprido, Grande, Mafra, Matã-matã, Matã-matazinho, Pirizinho, Porção, Redondo e Tucumaré. Eles são utilizados diferencialmente pela comunidade indígena, que considera os lagos Grande e Comprido adequados à pesca para comercialização, os lagos Matã-matã e Redondo como de preservação, e os demais como destinados à pesca para consumo interno.

A vegetação desta terra indígena pode ser classificada da seguinte forma: i) chavascals, constituídos de áreas extensas, de vegetação baixa, arbustiva, comuns entre lagos, rios e canais, sujeitas a alagação anual de seis a oito meses: as plantas características dos chavascals são os arbustos, cipós, e espécies como embaúba, munguba, caraucazeiro e apuí; ii) restinga baixa, que se caracteriza como transição entre o chavascal e as áreas florestais de várzea, sujeita a alagação anual de quatro a seis meses: entre as espécies mais abundantes estão a abiorana e o matamatã; iii) restinga alta, sujeita a alagação anual de dois a quatro meses: os principais tipos de árvores aí encontrados são a itaúba, a jacareúba (utilizada para construção de canoas), louro mamui, cedro, mulateiro (utilizado como lenha); encontram-se também palmeiras como jauari (seus frutos são muito usados para a pesca do tambaqui), muru-muru, urucuri e açai (sendo a palha das duas últimas utilizada na cobertura de casas).

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

A população Kokáma que habita a aldeia Acapuri de Cima permaneceu relativamente estável no correr da presente década. Ela era composta por cerca de 120 pessoas em 1991, sendo recenseados 101 habitantes em 1998. Anteriormente, contudo, ela foi maior, constatando-se a partir dos anos 70 uma redução demográfica decorrente de um processo migratório desta aldeia para outras áreas. Nos últimos anos, diversas famílias deixaram a área em busca de melhores condições de trabalho e assistência à saúde e educação. Várias pessoas ou unidades familiares que emigraram da aldeia são hoje encontradas na sede do município de Jutai (bairros Mariano e São José) e em outras localidades como paranã do Ceválio e Síria. Não obstante, há um evidente vínculo dos Kokáma com a área identificada, conforme se constata em vários depoimentos registrados em campo.

No presente, as relações interétnicas com a população regional são permanentes em virtude da localização geográfica da aldeia, que facilita o contato com ribeirinhos e a população da cidade de Jutai. O percurso até a sede municipal, descendo o rio Solimões em motor do tipo "rabetã", é de aproximadamente trinta minutos; o retorno à aldeia leva em média uma hora. Toda a comercialização de produtos pelos índios ocorre na cidade de Jutai e com regatões que passam pelo rio Solimões. Um outro aspecto desse envolvimento na sociedade regional se dá no campo político, havendo a participação nas últimas eleições municipais (1996) de um habitante da aldeia Acapuri de Cima como candidato a vereador.

INSTITUTO

Documentação

D.O.U. nº 163 (seção)

25/8/99 Pg 11 cont.

Class. CDD 304.1

INSTITUTO
 Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte D.O.U. n.º 103 (Seção 1)
 Data 25/8/99 Pg 12
 Class. C050122

Embora começassem a ocupar a região do alto Solimões desde o princípio deste século, e principalmente a partir dos anos 30 e 40, a maior parte dos Kokáma permaneceu em convívio com a sociedade regional evitando assumir abertamente sua identidade indígena até o início dos anos 80. A partir dessa época, passam a se organizar e se reconhecer enquanto grupo específico, havendo inúmeras comunidades Kokáma em incipiente processo de plena assunção da sua identidade étnica.

Aspectos culturais da sociedade Kokáma atual que devem ser destacados são o "ajuri", já referido acima, consistindo no trabalho coletivo de diversos grupos familiares seguido por uma refeição conjunta, e o consumo de sua bebida tradicional, o "pajuaru". Os remédios caseiros, por outro lado, representam também uma forma de manutenção de crenças e conhecimentos culturais do grupo indígena. Entre os produtos utilizados com essa finalidade pelos habitantes da aldeia Acapuri de Cima destacam-se a casca de copaíba, folha de cacau, flor de mamão-seco, leite de banana-maçã, olho de pariri, casca de sucuba, raízes de chicória e capeba, casca de carauacuzeiro, capim santo, pimenta malagueta, leite de mologó, leite de ambé, mel de jandaira, raiz de urucum, cana brava, olho de goabeira, cajueiro ou mangueira, casca de oerana, carapanaúba, folha de algodão roxo e a raiz ou a flor de mata-pasto.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Segundo o levantamento cartorial realizado pelo Grupo Técnico no período de 23 a 27.04.98 na Comarca de Fonte Boa, constatou-se o registro de dois imóveis na área proposta para identificação e delimitação da terra indígena Acapuri de Cima. O primeiro imóvel, medindo 450 m², foi adquirido pelo Ministério da Educação e Desportos junto à Prefeitura Municipal de Fonte Boa para construção de um grupo escolar na área indígena proposta para demarcação. O segundo imóvel, medindo 5.000 m², está em nome de João Santiago Penha (matrícula nº 582, lv. 2, fls. 53, de 24.06.86), que é um dos patriarcas das famílias Kokáma da aldeia Acapuri de Cima, tendo sido registrado pelo mesmo em período anterior ao pedido para a demarcação administrativa da terra indígena. Portanto, sendo a própria escola já destinada ao usufruto da comunidade indígena, inexistem ocupantes não índios ou benfiteiros a serem indenizados na área identificada e delimitada.

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

A delimitação proposta pelo grupo técnico constituído pelas Portarias nº 1.280/PRES/97 e nº 227/PRES/98, conforme se verifica pelo mapa e memorial descritivo que acompanham o presente resumo, abrange uma superfície de 19.400 ha e perímetro de 57 km. De acordo com os dados reunidos no relatório circunstanciado de identificação apresentado pelo GT, trata-se de área quase secularmente utilizada para habitação permanente pelos Kokáma, sendo a mesma imprescindível à realização das atividades produtivas e preservação dos recursos ambientais necessários à reprodução física e cultural da comunidade indígena da aldeia Acapuri de Cima. Deste modo, a área proposta para demarcação reúne os elementos constitutivos das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, conforme definição do artigo 231 da Constituição Federal, devendo ser regularizadas de acordo com o disposto pelo Decreto nº 1.775, de 08.01.96. Nesse sentido, a demarcação da área virá contribuir para a proteção do território indígena contra invasões de madeireiros e pescadores, e dar suporte jurídico e administrativo ao que historicamente e de fato pertence a essa comunidade Kokáma.

MARCOS ANTONIO BRAGA DE FREITAS
 Antropólogo/AER/MAO

WALTER COUTINHO JR.
 Antropólogo/DEID/DAF

Diretoria de Assuntos Fundiários - DAF
 Departamento de Demarcação - DED
 Memorial Descritivo de Delimitação
 Denominação
 Terra Indígena ACAPURI DE CIMA
 Aldeias Integrantes
 Acapuri
 Grupo Indígena
 Kokáma
 Localização

Município: Fonte Boa
 Administração Executiva Regional: Manaus

Estado: Amazonas

Extremos	Coordenadas dos Extremos	
	Latitude	Longitude
Norte:	02°32'25" S	66°45'40" Wgr
Leste:	02°32'25" S	66°45'40" Wgr
Sul:	02°40'50" S	66°49'02" Wgr
Oeste:	02°40'38" S	66°53'20" Wgr

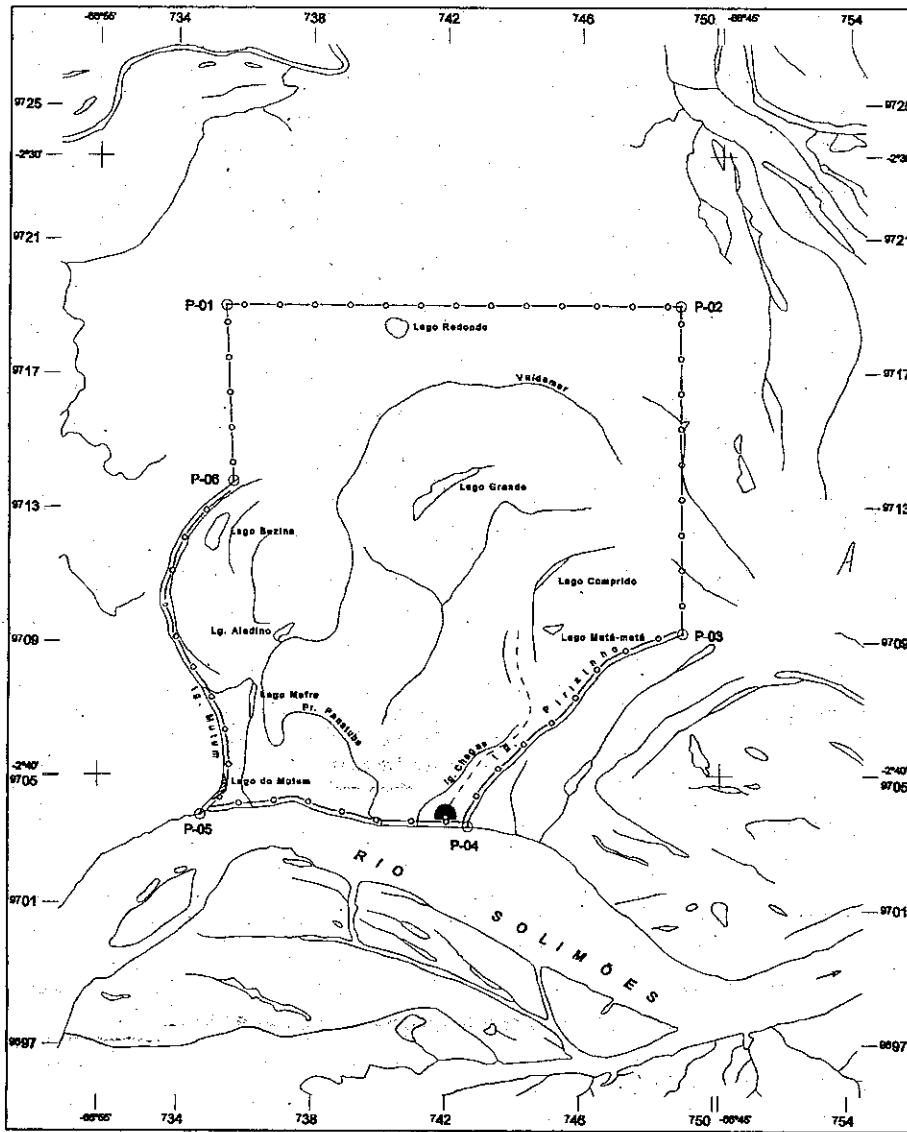
Nomenclatura	Base Cartográfica		
	Escala	Órgão	Ano
SA.19-Z-B	1:250.000	RADAM BRASIL	1977

Dimensões
 Superfície: 19.400 Ha (dezenove mil e quatrocentos hectares) aproximadamente
 Perímetro: 57 Km (cinquenta e sete quilômetros) aproximadamente

Descrição do Perímetro
 NORTE: Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 02°32'25" S e 66°52'58" Wgr., segue por linha reta até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 02°32'25" S e 66°45'40" Wgr. LESTE: do ponto antes descrito, segue por linha reta até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 02°37'42" S e 66°45'36" Wgr., situado na cabeceira do Igarapé Pirizinho; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 02°40'50" S e 66°49'02" Wgr., situado na margem esquerda do Rio Solimões. SUL: do ponto antes descrito, segue pelo Rio Solimões, a montante, até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 02°40'38" S e 66°53'20" Wgr., situado na confluência com o Igarapé Mutum. OESTE: do ponto antes descrito, segue pelo Igarapé Mutum, a montante, passando pelo Lago do Mutum, até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 02°35'15" S e 66°52'50" Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Ponto 01, início da descrição deste perímetro. Responsável pela Identificação dos Limites: Sebastião Carlos Batista, engenheiro agrimensor - CREA 77417/D-SP.


OFICIAL

Nº 163 QUARTA-FEIRA, 25 AGO 1999



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- ⊙ FONTO DEFINIDOR DE LIMITE
- ▲ ALDEIA INDÍGENA
- ⊕ CEMITÉRIO, ESCOLA
- CAMINHO
- CURSO D'ÁGUA
- DIREÇÃO DA CORRENTE

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF			
DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA ACAPURI DE CIMA		PLANO DE: DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: FONTE BOA		SUPERFÍCIE APROX.: 19.400 Ha	PERÍMETRO APROX.: 57 Km
ESTADO: AMAZONAS	MUNICÍPIO: MANAUS	ESCALA: 1:150.000	DATA: 22/12/98
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA DELIMITAÇÃO DOS LIMITES: MARCON ANTONIO BRAGA DE FREITAS ARQUITETO DTURER - MANAUS		RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA DISTRIBUIÇÃO DOS LIMITES: GENÉRIO CARLOS DA SILVA ENGENHEIRO AGRÔNOMO CREA Nº 77.412/D	VISTO CHEFE DE DAF: MARCEL FRANCISCO COLAZZO SUPERVISOR ADMINISTRATIVO CREA Nº 8.188/D
		PORTRABR: 1280/PRES/97 227/PRES/98	

(Of. nº 846/99)